

CARTA ABERTA DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO ARRUDAS, ATINGIDA PELO MINAS-RIO E SEU PROJETO DO 2º ALTEAMENTO DA BARRAGEM, À SOCIEDADE

Alvorada de Minas, 22 de agosto de 2025

Prezados(as) parceiros(as),

Dirigimo-nos a vocês com o objetivo de atualizá-los sobre a nossa causa e solicitar o vosso apoio urgente na busca pela garantia dos nossos direitos enquanto população atingida pelo empreendimento Minas-Rio.

A comunidade **São José do Arrudas**, localizada no município de Alvorada de Minas, **se reconhece como social e ambientalmente atingida pelo empreendimento Minas-Rio**, localizado na região de Conceição do Mato Dentro há aproximadamente 20 anos.

Como parceiros na luta por justiça coletiva, vocês já conhecem a nossa realidade: há anos vivemos sob a sombra do Sistema Minas-Rio, da Anglo American, inserido na Reserva da Biosfera do Complexo da Serra do Espinhaço, região que abriga dois biomas de enorme importância — Mata Atlântica e Cerrado. A comunidade de São José do Arrudas sempre esteve presente nesse território, outrora marcado pela harmonia, coesão e pelo respeito mútuo.

Desde o início das atividades da mineradora, buscamos o diálogo para construir estratégias que minimizassem os impactos enfrentados. A Anglo American, por sua vez, se manteve indiferente a todos os nossos apelos, apesar da existência de um passivo socioambiental não regularizado, decorrente dos diversos impactos que sofremos e do não cumprimento das condicionantes anteriormente impostas. Isso provocou a desestabilização da nossa comunidade e causou profundas alterações em nossos modos de vida.

Ao longo das etapas de expansão do sistema Minas-Rio, os hábitos e costumes que nos definem, herdados de nossos antepassados, tem sido seriamente impactados. Para exemplificar, destacamos a inviabilização de nossas cavalgadas e a rotina de insegurança que vivemos em São José do Arrudas, causadas pelo intenso tráfego de veículos pesados na rodovia MG-010, que foi pavimentada principalmente para a atividade do complexo minerário. Além disso, por não ter sinalização adequada, essa rodovia **transformou aquilo que era parte de uma tradição de lazer e fé em uma ameaça diária às nossas vidas.**

Também passamos a enfrentar a iminência do 2º alteamento da barragem de rejeitos para a cota de 725 metros. Com essa expansão, a empresa pretende aumentar a capacidade da barragem de 167 milhões de m³ para 254 milhões de m³ de rejeitos tóxicos. Para efeito de comparação, isso representa uma operação 4 vezes maior que a de Fundão, da mineradora Samarco, e 11 vezes maior que a da Mina Córrego do Feijão, da Vale.

Esse projeto avança em um processo de licenciamento suspeito, marcado pelo desrespeito aos nossos direitos, à nossa segurança e ao nosso bem-estar. Fomos efetivamente reconhecidos pela Anglo American apenas quando se tornou conveniente para a empresa, que tentou nos incluir, de forma unilateral, em um plano de reassentamento acordado com as comunidades que compõem a atual Zona de Autossalvamento (ZAS) da cota de 700 metros (Ação Civil Pública nº 5000129-42.2020.8.13.0175), por estarem sob risco direto de rompimento da barragem.

Salientamos que, a nossa comunidade não está localizada na área da atual ZAS, como as comunidades de Água Quente, Passa Sete, São José do Jassém e parte do Beco. Logo, a previsão para o reassentamento de São José do Arrudas não deve partir da imposição da Anglo American, tendo como parâmetro a execução do PAR da atual ZAS (cota de 700 metros). **Ao contrário, para que nossa comunidade avalie ser reassentada, exigimos que seja construído, junto aos moradores de São José do Arrudas, um plano de reassentamento de forma ativa, participativa e consensual, com base na Política Nacional (PNAB) e Estadual (PEAB) dos Atingidos por Barragens.**

Esse cenário tem se agravado com as articulações entre a mineradora e os órgãos públicos, das esferas municipal e estadual, em busca da rápida aprovação do projeto de alteamento. Acompanhamos de perto as intensas manobras de pressão política e econômica para a aprovação fracionada do licenciamento, a indevida realização das audiências públicas e a tentativa de concessão prematura da Declaração de Conformidade pelo município de

Conceição do Mato Dentro. Essa estratégia ignora todos os impactos que já enfrentamos desde a implantação do Minas-Rio, revelando o completo desrespeito pelas nossas vidas, colocando o lucro acima dos direitos de, ao menos, outras 12 comunidades do entorno, também atingidas pelos danos socioambientais.

Contudo, temos uma vitória que precisa ser fortalecida: a medida cautelar do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que suspendeu o processo de licenciamento ambiental para expansão da barragem do Minas-Rio. Essa decisão reafirma a Lei Estadual nº 23.291/2019, conhecida como "Lei Mar de Lama Nunca Mais", que proíbe a concessão da licença para o alteamento de barragens enquanto houver comunidades na ZAS, sem o reassentamento adequado.

O documento do TCE confirmou uma série de irregularidades, como a estratégia para fatiamento do processo de licenciamento (tratando o projeto como se fosse empreendimentos menores e múltiplos); a ausência de um plano de reassentamento específico para nossa comunidade; e a falta de avaliação detalhada dos impactos socioambientais cumulativos enfrentados pelas comunidades atingidas por esse empreendimento.

Ao desconsiderar o agravamento dos riscos e os novos impactos dessa expansão para a nossa comunidade, **a mineradora ignora o papel fundamental de São José do Arrudas para as comunidades vizinhas, como Taporôco e Serra de São José, integradas por meio de nossos serviços, infraestrutura, modos de vida e práticas religiosas que cultivamos.**

É nesse contexto de luta e esperança, que fazemos um apelo para que as nossas vozes sejam ouvidas, em busca de um desfecho justo. Nossa estratégia se baseia em **4 pontos fundamentais**, que apresentamos às instituições de justiça e à sociedade civil:

1. Análise Técnica Independente e Transparente: Diante do histórico de subdimensionamento das manchas de inundação e da ZAS em projetos minerários em Minas Gerais — há, inclusive, indícios de que a mancha hipotética da cota de 700 metros do Minas-Rio possa estar subdimensionada —, exigimos que a mancha hipotética da cota 725 metros seja avaliada por um órgão técnico independente, capaz de elaborar uma contraprova da modelagem apresentada pela Anglo American. Nossa segurança não é negociável.

2. Direito ao Reassentamento para Toda a Comunidade: Nossa comunidade é uma unidade coesa, formada por regiões interligadas por laços de parentesco e solidariedade. Dividir a comunidade de São José do Arrudas, reassentando apenas parte do nosso território, seria uma violência irreparável.

Caso o reassentamento se torne inevitável, embora jamais tenhamos desejado deixar nossa terra, exigimos que todos os moradores tenham os mesmos direitos garantidos, de forma coletiva e sem a fragmentação das regiões que compõe São José do Arrudas, a fim de evitar o isolamento e a desintegração da nossa comunidade.

3. Participação Ativa na Construção do Plano de Reassentamento: Não aceitaremos um plano de reassentamento imposto. Exigimos o direito de participação ativa na construção do nosso próprio plano de reassentamento, em diálogo direto com a Anglo American, as instituições de justiça e o poder público, para definir as diretrizes e critérios adequados para São José do Arrudas. As decisões sobre o nosso futuro devem refletir nossa história, cultura, bem-estar, localização privilegiada e infraestrutura comunitária, atendendo às nossas necessidades específicas.

4. Reparação e/ou Mitigação dos Passivos Socioambientais na Comunidade: Desde o início das atividades, o empreendimento Minas-Rio gerou inúmeros passivos ambientais e patrimoniais em São José do Arrudas. Estes danos devem ser reparados e/ou mitigados com urgência, pois a nossa comunidade não pode mais conviver com os impactos acumulados e não reparados pela Anglo American ao longo dos anos. A falta de monitoramento dos diversos danos socioambientais que foram causados há duas décadas coloca em xeque a sua devida reparação pelo Empreendedor.

Acreditamos que nossa luta não é apenas por nós, mas por todas as comunidades que já foram ou que possam vir a ser atingidas pela mineração predatória. A decisão do TCE nos deu uma chance de resistência, e contamos com a solidariedade de vocês para transformar essa oportunidade em vitória.

Pedimos que todos nos ajudem a denunciar e combater as arbitrariedades cometidas, dando visibilidade à nossa luta, que até hoje não tem recebido a devida atenção e respeito da maioria dos poderes constituídos e de boa parte da mídia.

Ajude-nos a fiscalizar, pressionar e garantir que os direitos da Comunidade São José do Arrudas sejam respeitados.

Atenciosamente,

Moradores da Comunidade São José do Arrudas